

Como e porque a reitoria construiu a crise do HU!

A situação no Pronto Socorro do HU é desesperadora e tem causado muita dor e muito sofrimento para pacientes e funcionários do hospital.

Segundo a superintendência, número de pacientes na sala de observação do PS tem ultrapassado o “dobro da capacidade”, e “essa situação se agravou quando havia nove pacientes em poltronas, esperando vagar uma maca na sala de observação”.

Um médico que trabalha no hospital disse ao informativo da ADUSP, que pacientes com indicação de cirurgia tem permanecido no PS “sem leitos para internação” e, em uma carta, um outro médico faz referência à ocorrência de “mortes desnecessárias”.

A crise no hospital só não é mais grave do que as suas consequências, afinal, pessoas que necessitam de cirurgia aguardam nas macas ou poltronas da sala de observação, em meio a todo tipo de sofrimentos, podendo até morrer desnecessariamente, por falta de leitos para internação.

Também é desesperadora a situação dos funcionários do hospital, em especial dos que trabalham no PS, sendo obrigados a atender um número de pacientes que ultrapassa o dobro da capacidade instalada, sem ter as condições necessárias para o seu trabalho de salvar vidas.

Essa crise foi planejada e criteriosamente construída.

A saída para a crise instalada no HU e todas as suas consequências, com exceção das mortes “desnecessárias” já ocorridas, não é impossível.

Por ter como causa principal a falta dos profissionais de saúde, em número suficiente para a abertura de todos os leitos, causa essa que tem origem nas decisões conscientes dos reitores Zago, Vahan e Carlotti e do Conselho Universitário, primeiro de incentivar e promover demissões em massa através do PIDV e não fazer as contratações necessárias para recompor o quadro, forçando assim, segundo o informativo ADUSP, o fechamento de 88 leitos, desde 2013, a redução do número de internações de 982 para 421 e a redução de consultas de 163 mil para 63 mil.

Além da redução dos serviços prestados à população, a decisão de não contratar forçou também a terceirização dos serviços de higienização, vigilância, manutenção e, agora, da nutrição.

Por fim, a decisão da reitoria, de não fazer os investimentos necessários para a manutenção da estrutura do hospital, causou a deterioração do prédio, de suas instalações e equipamentos.

Como se vê, a própria crise indica a necessidade da reversão de tais decisões como primeiro passo para a solução.

Obviamente, nem a reitoria e nem o CO estarão dispostos a rever e reverter suas decisões e

promoverem as contratações necessárias, para reabrir os leitos desativados, reverter as terceirizações e retomar o pleno funcionamento do hospital, sem que se vejam forçados, pois isso iria na contramão dos seus objetivos que, desde o início do desmonte do HU, que é sufocar o hospital até inviabilizar o seu funcionamento, como explicaremos a seguir.

Provocando o colapso, sem se importar com quanto sofrimento ou quantas mortes isso venha a custar para os funcionários e para a população usuária do hospital, a reitoria e a burocracia universitária/empresarial encastelada no CO e nos postos de comando da universidade querem uma única coisa: Usar o caos como meio de justificar a entrega de mais um dos hospitais universitários da USP, como fonte de lucros e riquezas para seus amigos e sócios das fundações de direito privado, que não são mais que empresas particulares, auto nomeadas como OSS.

Isso é tal e qual fizeram com o HRAC, que foi entregue para FAEPA, Fundação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da qual o reitor Zago, que iniciou tudo isso, foi presidente do conselho curador, sucedido pelo atual reitor, Carlotti, que segue dando continuidade à obra nefasta que consiste em provocar, inclusive, a perda de vidas humanas, em busca dos interesses corporativos de grupos privados.

Só a organização e a mobilização dos que perdem e sofrem com as consequências da crise na qual o

hospital se encontra, em decorrência do seu desmonte, pode obrigar os que pretendem lucrar às custas do sofrimento e de mortes desnecessárias, a desistirem de seus objetivos e reverem suas decisões que estão por trás do desmonte e do colapso do HU.

Portanto, pacientes e seus familiares, a população da Zona Oeste atendida pelo HU, juntamente com os funcionários do hospital e das demais unidades da USP são a única força social capaz de resolver a crise do HU, através da mobilização e da luta unificada por:

- **Abertura de todos os leitos instalados no hospital, com contratação de todos os profissionais necessários para abertura dos leitos e pleno funcionamento de todas as áreas do hospital.**
- **Reforma e revitalização do prédio e aquisição de equipamentos.**
- **Fora Organizações Sociais (OSS) do HU.**
- **FIM DA TERCEIRIZAÇÃO COM INCORPORAÇÃO DE TODAS/OS TERCEIRIZADAS/OS, SEM NECESSIDADE DE CONCURSO!**

No jogo da desvalorização feminina, quem perde é a democracia!!!

Diferente de outras Unidades da Universidade de São Paulo, a Coordenadoria das Creches, uma das áreas da Vida no Campus (PRIP), não considerou a organização feita pelas trabalhadoras da Creche Central, para acompanhar a partida da Copa do Mundo, transmitida no dia 02/08/2023.

Com a maioria massiva de mulheres em seu quadro de funcionárias, a Creche Central se preparou para, tal como na Copa do Mundo masculina, acompanhar os jogos da Copa feminina, seguindo o acordo que fez com a direção da instituição no dia 21 de julho de 2023, em consonância com as diretrizes colocadas pela Reitoria a todas as trabalhadoras e trabalhadores da Universidade, em 19 de julho de 2023 (GR/CIRC/214). Mais do que uma atitude que desconsidera toda discussão de gênero colocada por meio da história de invisibilização das jogadoras de futebol, há nesta atitude, principalmente se for vista dentro do contexto político no qual estas instituições educativas se inserem, a desvalorização de cada uma das educadoras em sua história de construção das Creches coordenadas pela USP.

Desvalorização no modo como são vistas por estas chefias que quase sempre parecem estar diante de trabalhadoras irresponsáveis, oportunistas, prontas para matar mais um dia de trabalho, na primeira chance que tiverem. Isto quando são vistas.

É de espantar que quarenta anos depois da conquista pelo direito às Creches, fruto da luta organizada, de trabalhadoras (es), estudantes, e movimentos sociais, ainda não exista um único documento que defina e que formalize o lugar e o papel das Creches no âmbito desta Universidade. Quarenta anos de desvalorização e invisibilidade.

A PRIP (Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da Universidade de São Paulo), ao contrário do que o nome anuncia, tem se prestado a um papel habitualmente excludente quando se trata da administração das Creches na USP.

A disputa constante com as trabalhadoras das Creches pela organização do 15 de Outubro, tradicional data em que as Creches da Capital, de São Carlos, Ribeirão Preto e Piracicaba, se reúnem para tratar das questões políticas que envolvem a Educação Infantil no âmbito Universitário; a recusa em dispensar as funcionárias na recente ocasião em que árvores centenárias tombaram, derrubando muros sobre os pátios da Creche Central, tornando o trabalho insalubre por dias, devido a limitação do espaço e ao barulho ensurdecido das serras cortando os troncos; o impedimento de educadoras, barradas na porta da Reitoria, impedidas de verem a exposição que elas mesmas montaram; a não contratação de funcionárias, necessárias para a manutenção do trabalho de qualidade que a Creche Central, durante quarenta anos, se dispõe a fazer e o fechamento e entrega da Creche Oeste às OSCs, são alguns exemplos deste jogo ideológico onde a Coordenação da Creches, vem efetivamente representando o projeto de exclusão gradual da Educação Infantil dos *Campi* da Universidade.

A Coordenadoria das Creches, ao não respeitar o acordo feito entre as funcionárias e a direção, revela, mais uma vez, não só a falta de autonomia que imputa às gestões eleitas destas Unidades de Educação Infantil, mas uma grande contradição frente ao que prega à comunidade, pois “valorização da convivência e das atividades de integração e formas de viver” na Universidade, não existe na gestão desta coordenação. Democracia, muito menos.

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br